

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado				
	Nota	31/12/2013	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	
		Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	
<b>ATIVO</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.008	77.417	6.820	58.668	83.440	10.134
Títulos a receber	6	5.629	5.280	4.501	4.965	4.530	4.165
Concessionárias	5	50.081	38.312	58.212	50.764	38.861	58.794
Impostos e contribuições sociais	8	7.882	3.897	5.771	16.374	4.350	6.098
Partes relacionadas	10	34.484		49.233	34.484		
Dividendos a receber	11	25.944	29.729	9.074			
Estoques	12				4.160	3.729	4.696
Cauções e depósitos vinculados	13					19	
Despesas pagas antecipadamente			56			5	720
Rendas a receber	7				4.758	6.150	4.825
Outros créditos	14				15	31	103
		<b>160.028</b>	<b>154.635</b>	<b>133.667</b>	<b>174.188</b>	<b>141.115</b>	<b>89.535</b>
<b>Não Circulante</b>							
Títulos a receber	6	23.309	27.675	30.353	17.049	21.324	23.897
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	97.095	105.358	112.897	97.095	105.358	121.182
Cauções e depósitos vinculados	13	1.056	766	435	1.507	1.883	1.628
Outros créditos	14				2		
		<b>121.460</b>	<b>133.799</b>	<b>143.685</b>	<b>115.653</b>	<b>128.565</b>	<b>146.707</b>
Investimentos	15	814.836	809.822	792.242		54	53
Imobilizado	16	25	28	32	1.256.901	1.286.864	1.317.130
Intangível	17	545.859	575.755	605.646	571.249	601.893	632.508
		<b>1.360.720</b>	<b>1.385.605</b>	<b>1.397.920</b>	<b>1.828.150</b>	<b>1.888.811</b>	<b>1.949.691</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.642.208</b>	<b>1.674.039</b>	<b>1.675.272</b>	<b>2.117.991</b>	<b>2.158.491</b>	<b>2.185.933</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado				
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	18	23.421	27.796	19.698	14.263	16.017	10.873
Impostos e contribuições sociais	8	56.313	36.291	31.112	66.116	57.549	48.532
Dividendos	11	64.561	89.152	93.815	76.784	102.753	100.752
Partes relacionadas	10						5.519
Debêntures	19	4.697			4.697		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20				9.973	11.099	60.653
Benefícios pós-emprego	21				37	19	12
Obrigações estimadas com pessoal	24	131	154	78	2.119	2.440	1.443
Encargos regulamentares e setoriais	22	3.896	5.218	6.776	4.455	5.518	6.865
Uso do bem público	23				4.057	3.894	3.634
Provisões	25				4.339	7.496	8.519
Outras contas a pagar	14	28	16	702	454	432	970
		<b>153.047</b>	<b>158.627</b>	<b>152.181</b>	<b>187.294</b>	<b>207.217</b>	<b>247.772</b>
<b>Não Circulante</b>							
Impostos e contribuições sociais	8	6.095	12.032	17.105	6.095	12.032	17.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9				13.418	14.618	
Debêntures	19	446.984			446.984		
Empréstimos e financiamentos	20				70.813	67.274	68.657
Benefícios pós-emprego	21				698	957	668
Partes relacionadas	10	45	346	67	131	833	199
Encargos regulamentares e setoriais	22	3.414	1.746	413	3.782	2.080	454
Uso do bem público	23				40.861	39.612	37.814
Provisões	25				13.914	13.078	14.758
Outras contas a pagar	14			1.281			1.281
		<b>456.538</b>	<b>14.124</b>	<b>18.866</b>	<b>596.696</b>	<b>150.484</b>	<b>140.936</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	26.1	306.868	756.868	756.868	306.868	756.868	756.868
Reservas de capital	26.3	579.203	579.203	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	26.3	146.515	165.598	168.484	146.515	165.598	168.484
Outros resultados abrangentes	26.3.4	37	(185)	(125)	37	(185)	(125)
Prejuízos acumulados		(196)	(205)	(196)	(196)	(205)	(205)
		<b>1.032.623</b>	<b>1.501.288</b>	<b>1.504.225</b>	<b>1.032.623</b>	<b>1.501.288</b>	<b>1.504.225</b>
Participações não controladores e participações dos acionistas não controladores		-	-	-	301.378	299.502	293.000
		<b>1.032.623</b>	<b>1.501.288</b>	<b>1.504.225</b>	<b>1.334.001</b>	<b>1.800.790</b>	<b>1.797.225</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.642.208</b>	<b>1.674.039</b>	<b>1.675.272</b>	<b>2.117.991</b>	<b>2.158.491</b>	<b>2.185.933</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
<b>Resultado líquido antes das partes beneficiárias</b>					
Outros Resultados Abrangentes	26.3.4	173.391	177.852	195.045	202.667
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		222	(60)	304	(83)
<b>Resultado Abrangente do exercício</b>		<b>173.613</b>	<b>177.792</b>	<b>195.349</b>	<b>202.584</b>
Atribuível aos acionistas controladores				173.695	177.769
Atribuível aos acionistas não controladores				21.654	24.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
<b>Geração do valor adicionado</b>					
Receita operacional		543.860	496.930	615.253	584.277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	807	543.053	496.531	607.266	577.409
Receita relativa à construção de ativos próprios			(882)	828	(904)
Outras receitas			1.281	7.159	6.484
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(125.419)</b>	<b>(79.180)</b>	<b>(153.289)</b>	<b>(105.240)</b>
Custos da energia comprada		(73.301)	(24.073)	(73.400)	(24.230)
Encargos de uso da rede elétrica		(47.500)	(51.743)	(49.031)	(53.270)
Materiais				(2.749)	(3.699)
Serviços de terceiros		(1.446)	(735)	(20.641)	(18.003)
Outros custos operacionais		(3.172)	(2.629)	(7.468)	(6.038)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>418.441</b>	<b>417.750</b>	<b>461.964</b>	<b>479.037</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações		(29.900)	(29.894)	(67.026)	(67.166)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>388.541</b>	<b>387.856</b>	<b>394.938</b>	<b>411.871</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras		11.405	12.681	14.016	9.914
Resultado da equivalência patrimonial		58.547	69.314		
		<b>458.493</b>	<b>469.851</b>	<b>408.954</b>	<b>421.785</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta		1.092	152	9.857	9.053
Benefícios		16	3	1.677	1.526
FGTS		(3)	11	693	578
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		110.366	90.270	145.865	159.240
Estaduais				337	67
Municipais				119	109
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Juros		19.218	2.005	53.444	29.540
Aluguéis		154.413	199.558	1.917	19.005
<b>Remuneração de capital próprio</b>					
Juros sobre capital próprio		55.555	83.962	55.555	83.962
Participações dos não controladores				21.654	24.815
Partes beneficiárias		17.339	17.784	17.339	17.784
		<b>357.996</b>	<b>393.745</b>	<b>308.457</b>	<b>345.679</b>
Lucros retidos		100.497	76.106	100.497	76.106
		<b>458.493</b>	<b>469.851</b>	<b>408.954</b>	<b>421.785</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
<b>Receitas</b>					
27		485.046	446.140	541.355	518.859
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>					
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda		(66.521)	(21.846)	(66.611)	(21.988)
Encargos de uso da rede elétrica		(43.107)	(46.957)	(44.497)	(48.343)
	28	<b>(109.628)</b>	<b>(68.803)</b>	<b>(111.108)</b>	<b>(70.331)</b>
<b>Custo de operação</b>					
Pessoal		(132)		(6.719)	(6.766)
Materiais e serviços de terceiros		(12)		(5.424)	(4.863)
Depreciações e amortizações		(8)	(8)	(36.593)	(35.454)
Outros custos de operação		(140.131)	(181.100)	(98)	(83)
	28	<b>(140.283)</b>	<b>(181.108)</b>	<b>(48.834)</b>	<b>(47.166)</b>
		<b>(249.911)</b>	<b>(249.911)</b>	<b>(159.942)</b>	<b>(117.497)</b>
		<b>235.135</b>	<b>196.229</b>	<b>381.413</b>	<b>401.362</b>
<b>Lucro bruto</b>					
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>					
Despesas com vendas		807	(882)	827	(904)
Despesas gerais e administrativas		(3.461)	(1.789)	(21.823)	(18.632)
Depreciações e amortizações		(29.893)	(29.886)	(30.348)	(30.471)
Outras despesas e receitas operacionais		(17.546)	(18.659)	(19.062)	(21.271)
	28	<b>(50.093)</b>	<b>(51.216)</b>	<b>(70.406)</b>	<b>(71.278)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>					
		<b>185.042</b>	<b>145.013</b>	<b>311.007</b>	<b>330.084</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>					
Receitas financeiras		58.547	69.314		
Despesas financeiras		11.405	9.445	12.628	6.678
		(19.218)	(2.005)	(53.444)	(29.540)
	29	<b>(7.813)</b>	<b>7.440</b>	<b>(40.816)</b>	<b>(22.862)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>					
		<b>235.776</b>	<b>221.767</b>	<b>270.191</b>	<b>307.222</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(54.122)	(36.376)	(68.240)	(74.071)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(8.263)	(7.539)	(6.906)	(30.484)
	30	<b>(62.385)</b>	<b>(43.915)</b>	<b>(75.146)</b>	<b>(104.555)</b>
<b>Resultado líquido antes das partes beneficiárias</b>					
		<b>173.391</b>	<b>177.852</b>	<b>195.045</b>	<b>202.667</b>
Partes beneficiárias		(17.339)	(17.784)	(17.339)	(17.784)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>156.052</b>	<b>160.068</b>	<b>177.706</b>	<b>184.883</b>
Atribuível aos acionistas controladores	26.2			156.052	160.068
Atribuível aos acionistas não controladores				21.654	24.815

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>								
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.776	221.767	270.191	307.222				
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(807)	882	(827)	904				
Títulos a receber - AVP	489	(278)	489					
Depreciações e amortizações	29.901	29.894	66.941	65.925				
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1	741	198				
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	(1.998)	(3.393)						
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17.661		31.944	16.454				
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			5.057	5.470				
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			100	(98)				
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			5.413	3.587				
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			496	898				
Ajuste a valor presente			9.551	3.231				
Participações societárias	(58.547)	(69.314)						
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	4.650	1.963	5.520	2.240				
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(331)		(331)				
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	696	1.200	674	1.185				
Outros	(84)	(6.678)	(85)	(6.678)				
	<b>227.737</b>	<b>175.713</b>	<b>396.205</b>	<b>400.207</b>				
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>								
Concessionárias	(10.962)	19.018	(11.076)	19.029				
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(26.489)	(27.991)	(27.586)	(30.386)				
Estoques			(431)	967				
Cauções e depósitos vinculados	(290)		396	57				
Despesas pagas antecipadamente		56	5	715				
Rendas a receber			1.392	(1.325)				
Títulos a receber	2.878	4.191		72				
Outros ativos operacionais			16					
	<b>(34.863)</b>	<b>(4.726)</b>	<b>(37.284)</b>	<b>(10.871)</b>				
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>								
Fornecedores	(4.375)	8.098	(1.754)	5.144				
Outros tributos e contribuições sociais	11.601	16.131	4.973	19.631				
Benefícios pós-emprego			120	269				
Obrigações estimadas com pessoal	(23)	76	(321)	997				
Encargos regulamentares e setoriais	(4.303)	(2.188)	(4.880)	(1.961)				
Provisões			(8.230)	(7.188)				
Uso do bem público			(3.645)	(3.412)				
Outros passivos operacionais	11	(686)	19	(538)				
	<b>2.911</b>	<b>21.431</b>	<b>(13.718)</b>	<b>12.942</b>				
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>195.785</b>	<b>192.418</b>	<b>345.203</b>	<b>402.278</b>				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.326)	(27.710)	(64.936)	(68.728)				
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>162.459</b>	<b>164.708</b>	<b>280.267</b>	<b>333.550</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>								
Dividendos recebidos	53.435	25.782						
Adições ao Imobilizado e Intangível							(7.159)	(6.484)
Partes relacionadas	(364)	52.854					(364)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>53.071</b>	<b>78.636</b>	<b>(7.523)</b>	<b>(6.484)</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>								
Partes relacionadas	(32.423)	51	(31.944)	(664)				
Aumento (redução) de capital	(450.000)		(450.000)					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(208.536)	(172.798)	(227.995)	(182.474)				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	896.882		896.882					
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(450.000)			(471.597)				(56.655)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(12.862)			(12.862)				(13.967)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(256.939)</b>	<b>(172.747)</b>	<b>(297.516)</b>	<b>(253.760)</b>				
<b>Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(41.409)</b>	<b>70.597</b>	<b>(24.772)</b>	<b>73.306</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.008	77.417	58.668	83.440				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.417	6.820	83.440	10.134				
	<b>(41.409)</b>	<b>70.597</b>	<b>(24.772)</b>	<b>73.306</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>756.868</b>	<b>579.203</b>	<b>168.359</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.504.430</b>	<b>293.077</b>	<b>1.797.507</b>
Ajuste de exercícios anteriores			125	(125)	(205)	(205)	(77)	(281)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012 (Reclassificado)</b>	<b>756.868</b>	<b>579.203</b>	<b>168.484</b>	<b>(125)</b>	<b>(205)</b>	<b>1.504.225</b>	<b>293.000</b>	<b>1.797.226</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2012			(78.983)			(78.983)	(5.955)	(84.938)
Lucro líquido do exercício					160.068	<b>160.068</b>	24.815	<b>184.883</b>
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			8.003		(8.003)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros			725		(725)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(83.962)	<b>(83.962)</b>	(12.336)	<b>(96.298)</b>
Dividendo adicional proposto						-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(60)		<b>(60)</b>	(22)	<b>(83)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>756.868</b>	<b>579.203</b>	<b>165.598</b>	<b>(185)</b>	<b>(196)</b>	<b>1.501.288</b>	<b>299.502</b>	<b>1.800.790</b>
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>756.868</b>	<b>579.203</b>	<b>165.413</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.501.484</b>	<b>299.575</b>	<b>1.801.059</b>
Ajuste de exercícios anteriores			185	(185)	(196)	(196)	(73)	(269)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)</b>	<b>756.868</b>	<b>579.203</b>	<b>165.598</b>	<b>(185)</b>	<b>(196)</b>	<b>1.501.288</b>	<b>299.502</b>	<b>1.800.790</b>
Redução de capital - AGE 03/05/2013	(450.000)					<b>(450.000)</b>		<b>(450.000)</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2013			(67.369)			<b>(67.369)</b>	(8.673)	<b>(76.042)</b>
Distribuição de Reserva de Lucros - AGE de 03/05/2013			(52.015)			<b>(52.015)</b>		<b>(52.015)</b>
Lucro líquido do exercício					156.052	<b>156.052</b>	21.654	<b>177.706</b>
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			7.793		(7.793)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(55.555)	<b>(55.555)</b>	(11.187)	<b>(66.742)</b>
Dividendo adicional proposto			92.508		(92.508)	-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				222		<b>222</b>	82	<b>304</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>306.868</b>	<b>579.203</b>	<b>146.515</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>1.032.623</b>	<b>301.378</b>	<b>1.334.001</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2013, 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco), sociedade de capital aberto que tem, como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão). O valor da participação societária em 73%, decorre da aplicação do CPC 39.

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas Demonstrações Financeiras.

**1.1 Concessão**

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco.

**1.1.1 Uso do bem público**

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Investco recolhe à União, desde a entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 23).

**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia e a Investco aplicarão, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua Receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 22.1).

**2 Base de preparação e práticas contábeis****2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Controladora estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente consistentes com as IFRS, que prevêm a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

A Investco é consolidada integralmente desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

**2.1.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2 Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e sua controlada para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

**b) Concessionárias (Nota 5)**

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajustadas ao valor presente, quando aplicável.

Na Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

**c) Rendas a receber (Nota 7)**

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

**d) Estoques (Nota 12)**

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, que estão classificados na rubrica de Imobilizado, e os utilizados na operação e manutenção, que estão classificados na rubrica de Estoques, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel.

**e) Investimentos (Nota 15)**

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controlada, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

**f) Imobilizado (Nota 16)**

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e sua controlada para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Na data do término da concessão, para efeito de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**h) Intangível (Nota 17)**

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- **Softwares:** são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1);
- Direitos de concessão: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão; e
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**i) Licenças ambientais (Nota 25)**

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

**j) Redução ao valor recuperável****Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

**k) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**l) Fornecedores (Nota 18)**

Inclui o saldo a pagar à Investco relativo a arrendamento da UHE Lajeado, fornecedores de materiais, serviços, encargos de uso da rede elétrica e valores a pagar relativos à energia comercializada na CCEE. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

**m) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Nota 20 e 19)**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**n) Provisões (Nota 25)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**o) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**p) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 30)**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

**q) Benefícios pós-emprego (Nota 21)**

A Investco possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) nos termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2013.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

**r) Uso do bem público (Nota 23)**

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão, calculados até o final do contrato de concessão, atualizado pelo IGP-M e reconhecido a valor presente pela taxa implícita no respectivo contrato.

**s) Capital social (Nota 26.1)**

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

**t) Partes Beneficiárias (Nota 26.3.1)**

As partes beneficiárias, títulos emitidos pela Companhia ao abrigo do artigo 46 da Lei nº 6.404/76, são classificadas como instrumento de patrimônio, conforme os itens 16C e 16D do CPC 39.

**u) Dividendos (Nota 11)**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**v) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

**• Receita operacional (Nota 27)**

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

**• Receitas e despesas financeiras (Nota 29)**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

**w) Resultado por ação (Nota 31)**

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação, pois as Partes Beneficiárias, que são instrumentos potencialmente conversíveis em ações, têm um efeito antidiluidor.

**x) Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 2.2 item p); Recuperação dos ativos (*impairment*) (nota 2.2 item j); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item y); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (nota 2.2 item n); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (nota 2.2 item n e item i) e plano de Benefícios pós-emprego (nota 2.2 item q).

**y) Instrumentos financeiros (Nota 32)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**• Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**• Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**z) Contratos de arrendamento**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

**2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 15.2).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

**2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Saldo ajustado
	31/12/2012						
	Publicado	CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclasseificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	
<b>ATIVO</b>							
<b>Circulante</b>							
Impostos e contribuições sociais	58.650				(51.299)	(3.001)	4.350
Outros créditos	7.554	(7.523)	-	-			31
	<b>202.938</b>	<b>(7.523)</b>	-	-	<b>(51.299)</b>	<b>(3.001)</b>	<b>141.115</b>
<b>Não circulante</b>							
Investimentos	55		(1)				54
	<b>1.888.812</b>	-	<b>(1)</b>	-			<b>1.888.811</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.220.315</b>	<b>(7.523)</b>	<b>(1)</b>	-	<b>(51.299)</b>	<b>(3.001)</b>	<b>2.158.491</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Circulante</b>							
Impostos e contribuições sociais	111.849				(51.299)	(3.001)	57.549
Encargos regulamentares e setoriais	13.041	(7.523)	-	-			5.518
	<b>269.040</b>	<b>(7.523)</b>	-	-	<b>(51.299)</b>	<b>(3.001)</b>	<b>207.217</b>
<b>Não Circulante</b>							
Impostos e contribuições sociais diferidos	14.756		(138)				14.618
Benefícios pós-emprego	551		406				957
	<b>150.216</b>	-	<b>268</b>	-			<b>150.484</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Reservas de lucros	165.159				439		165.598
Outros resultados abrangentes	254				(439)		(185)
Lucros (prejuízos) acumulados	-		(196)				(196)
	<b>1.501.484</b>	-	<b>(196)</b>	-			<b>1.501.288</b>
Participações não controladores	299.575		(73)				299.502
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores	<b>1.801.059</b>	-	<b>(269)</b>	-			<b>1.800.790</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.220.315</b>	<b>(7.523)</b>	<b>(1)</b>	-	<b>(51.299)</b>	<b>(3.001)</b>	<b>2.158.491</b>

## 2.5.2 Demonstração do resultado

**Controladora**  
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu na controladora o efeito de *equity* na rubrica de Resultado das participações societárias no valor acumulado de R\$9.

**Consolidado**

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu uma diminuição no Consolidado na rubrica de Despesas gerais e administrativas no valor de R\$19 para Imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$7.

## 2.5.3 Demonstração do fluxo de caixa

**Controladora**

A natureza das reclassificações são: (i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu na controladora o efeito de *equity* no grupo de Ajuste ao lucro na rubrica de Participações societárias no valor de R\$9; (ii) redução no valor de R\$6 na rubrica de Despesas pagas antecipadamente no grupo de Ajuste ao lucro para a rubrica Despesas pagas antecipadamente no grupo Ativos operacionais; (iii) redução no valor de R\$2.393 na rubrica de Outros para a rubrica de Impostos e contribuições sociais - atualização monetária, afetando o grupo de Ajuste ao lucro; e (iv) redução no valor de R\$22 na rubrica de Outros ativos operacionais para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais no grupo de Atividades operacionais.

**Consolidado**

	2012			
	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Reclassificações para melhor classificação	Saldo ajustado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	307.203	19		307.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	860		44	904
Despesas pagas antecipadamente	874		(874)	-
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.685		(3.231)	16.454
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	(79)	(19)		(98)
Ajuste a valor presente			3.231	3.231
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(1.208)		2.393	1.185
Outros	(4.285)		(2.393)	(6.678)
	<b>401.037</b>	-	<b>(830)</b>	<b>400.207</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>				
Concessionárias	19.073		(44)	19.029
Despesas pagas antecipadamente	(159)		874	715
Títulos a receber	4.191		(4.191)	-
Outros ativos operacionais	115		(43)	72
	<b>(7.467)</b>	-	<b>(3.404)</b>	<b>(10.871)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>				
Encargos regulamentares e setoriais	(2.004)		43	(1.961)
Uso do bem público			(3.412)	(3.412)
	<b>16.311</b>	-	<b>(3.369)</b>	<b>12.942</b>
<b>Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>409.881</b>		<b>(7.603)</b>	<b>402.278</b>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>341.153</b>		<b>(7.603)</b>	<b>333.550</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Partes relacionadas	(4.855)		4.191	(664)
Uso do bem público	(3.412)		3.412	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(261.363)</b>		<b>7.603</b>	<b>(253.760)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>73.306</b>			<b>73.306</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	83.440			83.440
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.134			10.134
	<b>73.306</b>	-	-	<b>73.306</b>

## 2.5.4 Demonstração do valor adicionado

**Controladora**  
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu na controladora o efeito de *equity* na rubrica de Resultado da equivalência patrimonial no valor de R\$9.

A natureza da reclassificações são: redução no valor de R\$67.369 na rubrica de Dividendos e juros sobre capital próprio para a rubrica de Lucros retidos.

**Consolidado**

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu no consolidado uma diminuição no valor de R\$19 na rubrica de Pessoal para a rubrica de Impostos e taxas e contribuições no valor de R\$7 e Lucros retidos no valor de R\$12. Ocorreu também o efeito de *EQUITY* na rubrica de Lucros retidos no valor de R\$3 para Participações dos não controladores.

A natureza da reclassificações são: redução no valor de R\$67.369 na rubrica de Dividendos e juros sobre capital próprio para a rubrica de Lucros retidos.

## 3 Eventos significativos no exercício

## 3.1 Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica - ABRACEEL, da Associação Brasileira de Geradores Termelétricas - ABRAGET, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica dos custos do despacho adicional de usinas termelétricas por razão de segurança energética, em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

## 6 Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.	4.965	4.503	6.385	10.549	4.965	4.503	6.385	10.549
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.			10.664	10.775			10.664	10.775
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	664	750	6.260	6.351				
Outros		27				27		
<b>Total</b>	<b>5.629</b>	<b>5.280</b>	<b>23.309</b>	<b>27.675</b>	<b>4.965</b>	<b>4.530</b>	<b>17.049</b>	<b>21.324</b>

Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira.

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representantes dos agentes de geração e agentes comercializadores, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em agosto/2013, o Tribunal Regional Federal - TRF deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da liminar reestabelecendo a eficácia dos arts 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013 para os associados da ABRACEEL. No âmbito da ação ajuizada pela APINE, o TRF decidiu pela sua manutenção até julgamento final do recurso interposto pela União.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e da Investco classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor da contingência na Companhia é de R\$5.882 e na Investco é de R\$91.

## 3.2 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia e suas controladas aguardarão a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia e suas controladas elaboraram um estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	1.997	23.170	14.504	29.193
Aplicações financeiras - renda fixa	34.011	54.247	44.164	54.247
<b>Total</b>	<b>36.008</b>	<b>77.417</b>	<b>58.668</b>	<b>83.440</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras da Controladora e do Consolidado referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam entre 92,0% e 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 32.3.

## 5 Concessionárias

	Controladora					
	Saldos		Vencidos há		Saldo líquido em	
	vincendos	mais de 90 dias	Total	PCLD	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	40.533		40.533		40.533	33.530
Energia de curto prazo	5.713		5.713		5.713	172
Encargos de uso da rede elétrica	3.835		3.835		3.835	4.610
	<b>50.081</b>	-	<b>50.081</b>	-	<b>50.081</b>	<b>38.312</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>50.081</b>	-	<b>50.081</b>	-	<b>50.081</b>	<b>38.312</b>
<b>Não circulante</b>						
Concessionárias						
Energia de curto prazo		659	659	(659)	-	-
		<b>659</b>	<b>659</b>	<b>(659)</b>	-	-
<b>Total Não Circulante</b>	-	-	<b>659</b>	<b>659</b>	<b>(659)</b>	-

	Consolidado					
	Saldos		Vencidos há		Saldo líquido em	
	vincendos	mais de 90 dias	Total	PCLD	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	41.061		41.061		41.061	34.002
Energia de curto prazo	5.819		5.819		5.819	190
Encargos de uso da rede elétrica	3.884		3.884		3.884	4.669
	<b>50.764</b>	-	<b>50.764</b>	-	<b>50.764</b>	<b>38.861</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>50.764</b>	-	<b>50.764</b>	-	<b>50.764</b>	<b>38.861</b>
<b>Não circulante</b>						
Concessionárias						
Energia de curto prazo		674	674	(674)	-	-
		<b>674</b>	<b>674</b>	<b>(674)</b>	-	-
<b>Total Não Circulante</b>	-	-	<b>674</b>	<b>674</b>	<b>(674)</b>	-

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia e sua controlada entendem que a PCLD constituída no não circulante é suficiente para refletir a expectativa de perdas.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 32.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.:** refere-se ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL por meio dos Ofícios nº 467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: montante original do contrato de R\$18.199; prazo para pagamento de 120 meses; carência de 18 meses; remuneração de 100% do CDI; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.

**Cessão de crédito - Rede Energia S.A.:** refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Rede Energia S.A., em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições: montante original do contrato de R\$23.532; prazo para pagamento de 86 meses; carência de 24 meses; remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a.; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.

**Ações preferenciais das classes resgatáveis “A”, “B” e “C”:** O montante de R\$6.924 em 31 de dezembro de 2013 (R\$7.101 em 31 de dezembro de 2012) refere-se às ações de emissão da Investco onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

**Rendas a receber - Consolidado**

O saldo de R\$4.758 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.150 em 31 de dezembro de 2012), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio UHE Lajeado, sendo CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Companhia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,33% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. Desta forma, no ano de 2013, a redução é proveniente da aplicação do CA existente no cálculo do valor de arrendamento entre os exercícios.

**8 Impostos e contribuições sociais**

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2013
<b>Reclassificado</b>							
<b>Ativo - compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social	1.227		204	14.292	(4.531)	(9.966)	1.226
PIS e COFINS		25.455				(24.749)	706
IRRF sobre aplicações financeiras	2.635	1.161				(2.586)	1.210
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.695					4.695
Outros	35	15				(5)	45
<b>Total</b>	<b>3.897</b>	<b>31.326</b>	<b>204</b>	<b>14.292</b>	<b>(4.531)</b>	<b>(37.306)</b>	<b>7.882</b>
Circulante	3.897						7.882
<b>Total</b>	<b>3.897</b>						<b>7.882</b>
<b>Passivo - a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social	13.537	54.122		(19.034)		(12.557)	36.068
ICMS sobre diferencial de alíquota	29						29
PIS e COFINS	3.820	53.128		(22.518)	(4.531)	(24.749)	5.150
ISS	4						4
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	9	202		(193)			18
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	3	56		(47)			12
IRRF sobre juros s/capital próprio	12.594	8.333		(12.594)			8.333
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	18.310	318	900	(6.785)			12.743
Encargos com pessoal	17	538		(504)			51
<b>Total</b>	<b>48.323</b>	<b>116.697</b>	<b>900</b>	<b>(61.675)</b>	<b>(4.531)</b>	<b>(37.306)</b>	<b>62.408</b>
Circulante	36.291						56.313
Não circulante	12.032						6.095
<b>Total</b>	<b>48.323</b>						<b>62.408</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2013
<b>Reclassificado</b>							
<b>Ativo - compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social	1.260		226	36.425	(4.965)	(23.672)	9.274
PIS e COFINS		26.116			(3)	(25.407)	706
IRRF sobre aplicações financeiras	3.047	1.597				(2.998)	1.646
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.695					4.695
Outros	43	15				(5)	53
<b>Total</b>	<b>4.350</b>	<b>32.423</b>	<b>226</b>	<b>36.425</b>	<b>(4.968)</b>	<b>-</b>	<b>16.374</b>
Circulante	4.350						16.374
<b>Total</b>	<b>4.350</b>						<b>16.374</b>
<b>Passivo - a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social	23.014	68.240		(28.511)		(26.675)	36.068
ICMS sobre diferencial de alíquota	49	229		(237)			41
PIS e COFINS	5.805	73.349		(42.083)	(4.968)	(25.407)	6.696
ISS	61	236		(215)		(12)	70
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	22	709		(693)			38
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	32	205		(203)			34
IRRF sobre juros s/capital próprio	21.872	15.593		(21.431)			16.034
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	18.310	503	900	(6.970)			12.743
Encargos com pessoal	416	3.691		(3.632)		12	487
<b>Total</b>	<b>69.581</b>	<b>162.755</b>	<b>900</b>	<b>(103.975)</b>	<b>(4.968)</b>	<b>-</b>	<b>72.211</b>
Circulante	57.549						66.116
Não circulante	12.032						6.095
<b>Total</b>	<b>69.581</b>						<b>72.211</b>

**8.1 Parcelamentos de impostos - PAEX e REFIS das Leis nº 11.941/09 e nº 12.865/13**

**Controladora**  
Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de débitos de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a consolidação dos débitos do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - “REFIS IV”. Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. O saldo de R\$12.743 em 31 de dezembro de 2013, será pago em 23 parcelas de R\$554 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e a Companhia formalizou em dezembro junto à RFB a inclusão de débitos IRPJ e COFINS ao novo programa no montante de R\$495. O efeito da adesão ao novo programa foi uma redução de R\$177 (R\$85 de juros e R\$92 de multas e encargos) e o restante do débito foi quitado por meio de pagamento à vista no valor de R\$318.

**Consolidado**  
Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e as Companhias formalizaram em dezembro junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão de débitos IRPJ, COFINS e Imposto Territorial Rural - ITR ao novo programa no montante de R\$1.190. O efeito da adesão ao novo programa foi uma redução de R\$585 (R\$168 de juros e R\$417 de multas e encargos) o restante do débito foi quitado por meio de pagamento à vista no valor de R\$605.

**8.2 IRRF - Juros sobre capital próprio**

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2013 aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio, conforme legislação (Nota 26.2) liquidado em janeiro de 2014. Neste exercício foi retido o montante de R\$8.333 (R\$16.034 no consolidado).

**9 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e sua controlada e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

**9.1 Composição e base de cálculo**

Natureza dos créditos	Controladora					
	Ativo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	234	84	318	593	(275)	301
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	525	1.983	1.983		
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>1.692</b>	<b>609</b>	<b>2.301</b>	<b>2.576</b>	<b>(275)</b>	<b>301</b>
<b>Ágio incorporado</b>	<b>68.237</b>	<b>24.565</b>	<b>92.802</b>	<b>100.600</b>	<b>(7.798)</b>	<b>(8.181)</b>
<b>Diferenças temporárias - RTT</b>						
Instrumentos financeiros - CPC 39	1.464	528	1.992	2.182	(190)	341
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>	<b>1.464</b>	<b>528</b>	<b>1.992</b>	<b>2.182</b>	<b>(190)</b>	<b>341</b>
<b>Total Ativos Diferidos</b>	<b>71.393</b>	<b>25.702</b>	<b>97.095</b>	<b>105.358</b>		
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>					(8.263)	(7.539)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$8.263.

Em dezembro de 2012 a controlada Investco reavaliou o cálculo do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais resgatáveis (classe PNA, PNB e PNC) como Instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa de realização futura.

Natureza dos créditos	Consolidado							
	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	Total	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012	
<b>Reclasificado</b>								
<b>Diferenças temporárias</b>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	234	84	318	593	(4)	(1)	(5)	
Benefício pós-emprego			-	-	(181)	(65)	(246)	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	525	1.983	1.983	(1.091)	(393)	(1.484)	
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>1.692</b>	<b>609</b>	<b>2.301</b>	<b>2.576</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(459)</b>	<b>(1.735)</b>	
<b>Ágio incorporado</b>	<b>68.237</b>	<b>24.565</b>	<b>92.802</b>	<b>100.600</b>				
<b>Diferenças temporárias - RTT</b>								
Licenças ambientais - CPC 25			-	-	1.889	680	2.569	
Uso do bem público - CPC 25			-	-	(8.152)	(2.935)	(11.087)	
Instrumentos financeiros - CPC 39	1.464	528	1.992	2.182	17.406	6.265	23.671	
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>	<b>1.464</b>	<b>528</b>	<b>1.992</b>	<b>2.182</b>	<b>11.143</b>	<b>4.010</b>	<b>15.153</b>	
<b>Total Ativos/Passivos Diferidos</b>	<b>71.393</b>	<b>25.702</b>	<b>97.095</b>	<b>105.358</b>	<b>9.867</b>	<b>3.551</b>	<b>13.418</b>	
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>								
						(6.906)	(30.484)	



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 34.2).

**10.1 Controladora direta e final**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**10.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte**

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora final, a Investco S.A. que é sua controlada e as demais companhias que compõem o Consórcio Lajeado: CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, que são acionistas não controladores.

**10.3 Remuneração dos administradores****10.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria**

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Não se aplica

**10.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$)**

	Controladora		Total
	Conselho de administração	Diretoria Estatutária	
Número de membros	2 (*)	1 (**)	3
Remuneração fixa (em R\$)	152.006	194.861	346.868
Salário ou pró-labore	126.672	154.652	281.324
Encargos sociais	25.334	40.209	65.544
Valor total da remuneração, por órgão	152.006	194.861	346.868

(\*) Os 6 membros do Conselho de Administração, apenas 2 são remunerados.

(\*\*) Dos 4 membros da Diretoria, apenas 1 é remunerado.

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de até R\$ 420.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

**15 Investimentos****15.1 Movimentação dos investimentos no exercício de 2013**

	Controladora						% Participação Direta	
	Saldo em 31/12/2012 Reclassificado	Baixas	Equivalência Patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Investimentos								
Investco	809.767		58.547	(53.700)	222	814.836	73	73
Outros	55	(55)				-		
Total	809.822	(55)	58.547	(53.700)	222	814.836	73	73

**15.2 Participação direta do investimento**

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado Exercício					
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012						31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012		
	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Capital social integrado	Capital votante	Capital social integrado	Capital votante										
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012										
Investco	293.608	197.007	293.608	197.007	62,39	73,00	62,39	73,00	1.336.353	1.347.679	220.139	238.408	1.116.214	1.109.271	196.418	253.805	80.201	94.129

**16 Imobilizado**

	Controladora						31/12/2012										
	Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico		Depreciação acumulada		Valor líquido		Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico		Depreciação acumulada		Valor líquido		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
<b>Imobilizado em serviço</b>																	
Administração																	
Móveis e utensílios			6,25		58	(33)	25		6,25	58	(30)	28					
<b>Total do imobilizado em serviço</b>					<b>58</b>	<b>(33)</b>	<b>25</b>			<b>58</b>	<b>(30)</b>	<b>28</b>					
<b>Total imobilizado</b>					<b>58</b>	<b>(33)</b>	<b>25</b>			<b>58</b>	<b>(30)</b>	<b>28</b>					

	Consolidado						31/12/2012									
	Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico		Depreciação acumulada		Valor líquido		Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Imobilizado em serviço</b>																
Geração																
Terrenos					114.510		114.510					114.518				114.518
Reservatórios, barragens e adutoras			2,00		684.269	(151.985)	532.284		2,00	688.262	(139.142)	549.120				549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias			3,22		332.236	(89.516)	242.720		3,25	332.237	(82.069)	250.168				250.168
Máquinas e equipamentos			4,51		405.408	(128.975)	276.433		5,07	402.152	(117.035)	285.117				285.117
Veículos			14,29		839	(775)	64		14,29	984	(897)	87				87
Móveis e utensílios									11,46	1	(339.143)	1.199.011				1.199.011
<b>Total do imobilizado em serviço</b>					<b>1.537.262</b>	<b>(371.251)</b>	<b>1.166.011</b>			<b>1.538.154</b>	<b>(339.143)</b>	<b>1.199.011</b>				<b>1.199.011</b>
Transmissão																
Edificações, obras civis e benfeitorias			3		8.328	(3.913)	4.415			8.379	(3.658)	4.721				4.721
Máquinas e equipamentos			3,40		72.883	(24.661)	48.222		3,66	72.799	(21.674)	51.125				51.125
<b>Total do imobilizado em serviço</b>					<b>81.211</b>	<b>(28.574)</b>	<b>52.637</b>			<b>81.178</b>	<b>(25.332)</b>	<b>55.846</b>				<b>55.846</b>
Administração																
Máquinas e equipamentos			10,34		439	(273)	166		13,74	1.370	(1.022)	348				348
Veículos			14,29		677	(323)	354		14,29	678	(227)	451				451
Móveis e utensílios			6,25		447	(278)	169		6,29	596	(363)	233				233
<b>Total do imobilizado em serviço</b>					<b>1.563</b>	<b>(874)</b>	<b>689</b>			<b>2.644</b>	<b>(1.612)</b>	<b>1.032</b>				<b>1.032</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					<b>1.620.036</b>	<b>(400.699)</b>	<b>1.219.337</b>			<b>1.621.976</b>	<b>(366.087)</b>	<b>1.255.889</b>				<b>1.255.889</b>
Geração																
Terrenos (Nota 25.1.1.2)					14.305		14.305			14.209		14.209				14.209
Outros					23.259		23.259			16.766		16.766				16.766
<b>Total do imobilizado em curso</b>					<b>37.564</b>	-	<b>37.564</b>			<b>30.975</b>	-	<b>30.975</b>				<b>30.975</b>
<b>Total imobilizado tangível</b>					<b>1.657.600</b>	<b>(400.699)</b>	<b>1.256.901</b>			<b>1.652.951</b>	<b>(366.087)</b>	<b>1.286.864</b>				<b>1.286.864</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora							
	Valor líquido em 31/12/2012		Ingressos		Depreciações		Valor líquido em 31/12/2013	
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Móveis e utensílios								
<b>Total do imobilizado em serviço</b>								
<b>Total imobilizado tangível</b>								

	Consolidado													
	Valor líquido em 31/12/2012		Aquisições		Transferências		Depreciações e amortizações		Baixas		Reclassificação		Valor líquido em 31/12/2013	
<b>Imobilizado em serviço</b>														
Terrenos					114.518					(8)				114.510
Reservatórios, barragens e adutoras					549.120						(3.531)			532.284
Edificações, obras civis e benfeitorias					254.889					(2)	(25)			247.135
Máquinas e equipamentos					336.590					(306)	3.657			324.821
Veículos					538						(100)			418
Móveis e utensílios					234				1		(1)			169
Outros														
<b>Total do imobilizado em serviço</b>					<b>1.255.889</b>					<b>(351)</b>	-			<b>1.219.337</b>
<b>Total do imobilizado em curso</b>					<b>30.975</b>					<b>(388)</b>	-			<b>37.564</b>
<b>Total Imobilizado</b>					<b>1.286.864</b>					<b>(739)</b>	-			<b>1.256.901</b>

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Investco realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento e conciliação não houve ajustes significativos, apenas a reclassificação entre classes para a melhor adequação da base do ativo Imobilizado em atendimento da referida Resolução. As principais reclassificações envolveram os itens Reservatórios, barragens e adutoras para Máquinas e equipamentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 17 Intangível

	Controladora							
	Taxas anuais médias de acumulada %	31/12/2013			Taxas anuais médias de acumulada %	31/12/2012		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração								
Direito de concessão	4,04	739.378	(193.634)	545.744	4,04	739.378	(163.782)	575.596
		<b>739.378</b>	<b>(193.634)</b>	<b>545.744</b>		<b>739.378</b>	<b>(163.782)</b>	<b>575.596</b>
Administração								
Software	20,00	249	(134)	115	20,00	249	(90)	159
		<b>249</b>	<b>(134)</b>	<b>115</b>		<b>249</b>	<b>(90)</b>	<b>159</b>
<b>Total do Intangível em Serviço</b>		<b>739.627</b>	<b>(193.768)</b>	<b>545.859</b>		<b>739.627</b>	<b>(163.872)</b>	<b>575.755</b>
<b>Intangível em curso</b>								
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		375.963		375.963		375.963		375.963
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(375.963)		(375.963)		(375.963)		(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		103.014		103.014		80.080		80.080
(-) Amortização acumulada do ágio		(103.014)		(103.014)		(80.080)		(80.080)
		-	-	-		-	-	-
<b>Total intangível</b>		<b>739.627</b>	<b>(193.768)</b>	<b>545.859</b>		<b>739.627</b>	<b>(163.872)</b>	<b>575.755</b>

	Consolidado							
	Taxas anuais médias de acumulada %	31/12/2013			Taxas anuais médias de acumulada %	31/12/2012		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração								
Software					20,00	975	(802)	173
Direito de concessão	4,04	739.378	(193.634)	545.744	4,04	739.378	(163.782)	575.596
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.828)	12.309	3,22	20.137	(7.180)	12.957
		<b>759.515</b>	<b>(201.462)</b>	<b>558.053</b>		<b>760.490</b>	<b>(171.764)</b>	<b>588.726</b>
Transmissão								
Servidão permanente		111	-	111		111	-	111
		<b>111</b>	-	<b>111</b>		<b>111</b>	-	<b>111</b>
Administração								
Software	20,00	1.690	(1.270)	420	20,00	663	(280)	383
		<b>1.690</b>	<b>(1.270)</b>	<b>420</b>		<b>663</b>	<b>(280)</b>	<b>383</b>
<b>Total do Intangível em Serviço</b>		<b>761.316</b>	<b>(202.732)</b>	<b>558.584</b>		<b>761.264</b>	<b>(172.044)</b>	<b>589.220</b>
<b>Intangível em curso</b>								
Geração		12.510	-	12.510		12.508	-	12.508
Administração		155	-	155		165	-	165
<b>Total do Intangível em Curso</b>		<b>12.665</b>	-	<b>12.665</b>		<b>12.673</b>	-	<b>12.673</b>
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		375.963		375.963		375.963		375.963
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(375.963)		(375.963)		(375.963)		(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		103.014		103.014		80.080		80.080
(-) Amortização acumulada do ágio		(103.014)		(103.014)		(80.080)		(80.080)
		-	-	-		-	-	-
<b>Total intangível</b>		<b>773.981</b>	<b>(202.732)</b>	<b>571.249</b>		<b>773.937</b>	<b>(172.044)</b>	<b>601.893</b>

O Ágio na incorporação de sociedade controladora refere-se ao ágio incorporado, oriundo de reorganização societária, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da Companhia (ICPC 09), conforme descrito na nota 17.1.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2012	Amortizações	Valor líquido 31/12/2013			
	Intangível em serviço					
Software	159	(44)	115			
Direito de concessão - Outros	575.596	(29.852)	545.744			
<b>Total Intangível</b>	<b>575.755</b>	<b>(29.896)</b>	<b>545.859</b>			
	<b>Consolidado</b>					
	Valor líquido 31/12/2012	Ingressos	Transfe-rências	Amorti-zações	Baixas	Valor líquido 31/12/2013
Intangível em serviço						
Software	556		51	(187)		420
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão -						
Uso do Bem Público - UBP	12.957			(648)		12.309
Direito de concessão - Outros	575.596			(29.852)		545.744
Outros Intangíveis em curso	12.673	70	(76)		(2)	12.665
<b>Total Intangível</b>	<b>601.893</b>	<b>70</b>	<b>(25)</b>	<b>(30.687)</b>	<b>(2)</b>	<b>571.249</b>

*Software* são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão (Nota 23).

Do montante de R\$12.665, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL.

## 19 Debêntures

## 19.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Controladora e Consolidado	
							Circulante	Não circulante
Pentágono S.A.								
Distribuidora de Títulos e Valores						25/11/2013 a		
Mobiliários	Lajeado Energia	45.000	10	450.000	25/11/13	25/11/2019		
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia							
<b>Total</b>							<b>4.697</b>	<b>450.000</b>

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 34.2.

## 19.2 Mutação das debêntures no exercício:

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Juros provisio-nados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
<b>Circulante</b>						
Debêntures						
Juros			4.697			4.697
Custo de transação			(102)		102	
	-	-	<b>4.697</b>	<b>(102)</b>	<b>102</b>	<b>4.697</b>
	<b>Controladora e Consolidado</b>					
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Juros provisio-nados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
<b>Não circulante</b>						
Debêntures						
Principal		450.000				450.000
Custo de transação		(3.118)		102		(3.016)
	-	<b>446.882</b>	-	<b>102</b>	-	<b>446.984</b>

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 34.2.

## 19.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
2014	4.697	4.697
2017	147.551	147.551
2018	149.605	149.605
2019	149.828	149.828
<b>Total</b>	<b>446.984</b>	<b>446.984</b>

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
2014	4.697	4.697
2017	147.551	147.551
2018	149.605	149.605
2019	149.828	149.828
<b>Total</b>	<b>446.984</b>	<b>446.984</b>

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Investco realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento e conciliação não houve ajustes significativos, apenas a transferência de *Software* do segmento de Geração para Administração para melhor adequação da referida Resolução.

## 17.1 Direito de Concessão - Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária da incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Companhia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R\$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeira emitido por avaliadores independentes, que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até o ano de 2033, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2.218/09.

Em 31 de dezembro de 2013 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

## 17.1.1 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/01

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia 375.963

Alíquota de imposto de renda e contribuição social 34%

Benefício fiscal de amortização do ágio 127.827

Provisão para manutenção dos dividendos 248.136

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, conseqüentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido (Nota 26.3.2).

## 18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Investco - Arrendamento	12.866	16.629		
Suprimento de energia elétrica	5.371	30	5.371	31
Encargos de uso da rede elétrica	5.029	5.821	5.179	5.973
Operações CCEE		5.204		5.297
Materiais e serviços	155	112	3.713	4.716
<b>Total</b>	<b>23.421</b>	<b>27.796</b>	<b>14.263</b>	<b>16.017</b>

Investco - Arrendamento: Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 (nota 7).

	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não circulante
	Circulante	Total
Finalidade		
Custo da dívida		
Forma de pagamento		
	4.697	450.000
	4.697	446.984
	4.697	451.681

As principais cláusulas, prevendo rescisão de contrato, estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
  - descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
  - realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário direto, exceto se referida alienação: (a) for para a outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) obtiver expressa anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada;
  - descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;
  - pedido de auto-falência;
  - liquidação, dissolução ou decretação de falência;
  - se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
  - extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% (vinte por cento) em relação ao seu faturamento total;
  - redução maior do que 10% (dez por cento) da quantidade de energia assegurada pela Emissora; e
  - notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.
- Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

## 20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Empresa	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado							
					31/12/2013			31/12/2012				
					Encargos Circulante	Encargos não circulante	Encargos Principal não circulante	Encargos Circulante	Encargos não circulante Reclassificado	Encargos Principal não circulante Reclassificado	Total	
Ações recebíveis cumulativa	Investco	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	8,70% a.a.	Dividendos anuais e pagamento do principal	9.973	41.187	29.626	80.786	11.099	47.812	19.462	78.373
<b>Total</b>					<b>9.973</b>	<b>41.187</b>	<b>29.626</b>	<b>80.786</b>	<b>11.099</b>	<b>47.812</b>	<b>19.462</b>	<b>78.373</b>

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 34.2.

## 20.2 Mutações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas Principal	-	450.000	(450.000)	(12.862)	-
Juros	-	<b>450.000</b>	<b>(462.862)</b>	<b>12.862</b>	-

A Controladora firmou um contrato em 19 de agosto de 2013, no valor de R\$450.000 na modalidade de Notas Promissórias junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil. Sobre o valor das Notas Promissórias incidiram juros à razão de 0,47% a.a. acima do CDI. Os vencimentos do principal e juros eram em parcela única em 14 de fevereiro de 2014. Em 6 de dezembro de 2013, as Notas Promissórias foram liquidadas com a 1ª Emissão de Debêntures Simples.

Circulante	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Paga-mentos	Juros provisio-nados	Transfe-rências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas Principal	(750)	450.000	(448.722)	(783)	(409)	-	(664)
Juros	11.849	47.813	(34.459)	27.145	6.102	-	10.637
<b>Total</b>	<b>11.099</b>	<b>450.000</b>	<b>(483.181)</b>	<b>26.362</b>	<b>5.693</b>	<b>-</b>	<b>9.973</b>
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas Principal	19.461	-	-	-	(5.693)	10.165	29.626
Juros	47.813	-	-	-	(5.693)	(933)	41.187
<b>Total</b>	<b>67.274</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.693)</b>	<b>9.232</b>	<b>70.813</b>

## 20.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Consolidado	
	Tipos de moeda Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
<b>Total</b>	<b>9.973</b>	<b>9.973</b>
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
<b>Total</b>	<b>70.813</b>	<b>70.813</b>
<b>Total</b>	<b>80.786</b>	<b>80.786</b>

## 21 Benefícios pós-emprego

## 21.1 Investco

A Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados passaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Investco aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Assistência médica Lei nº 9.656/98	29	19	698	957
Previdência Privada	2	-	-	-
Previdência Privada - EnerPrev	6	-	-	-
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>19</b>	<b>698</b>	<b>957</b>

## 21.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Investco administra um plano PGBL contratado este por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Investco. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano. Na qualidade de patrocinadora, a Investco contribuiu no exercício com R\$97 (R\$52 em 31 de dezembro de 2012).

Esse plano tem a adesão de 34 colaboradores.

## 21.1.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Investco, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2013 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	2013		2012	
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações (Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações (Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(976)	(976)	(676)	(676)
Custo do serviço corrente	(122)	(122)	(106)	(106)
Custo dos juros	(90)	(90)	(69)	(69)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	461	461	(125)	(125)
Saldo final reconhecido	<b>(727)</b>	<b>(727)</b>	<b>(976)</b>	<b>(976)</b>

As contribuições da Investco esperadas para este plano para o exercício de 2014 são de R\$29.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em outros resultados abrangente em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2013		2012	
	Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido	Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	Total
Custo do serviço	122	90	125	337
Custo do serviço corrente	90	69	106	265
Custo dos juros	69	69	69	174
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>175</b>	<b>(461)</b>	<b>125</b>
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>175</b>	<b>(461)</b>	<b>300</b>

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem (Nota 26.3.4). O saldo de ganho atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$50 (perda atuarial de R\$254 em 31 de dezembro de 2012).

O número de participantes utilizados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

	Assistência médica e Seguro de vida	
	2013	2012
Participantes ativos	59	64
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>64</b>

A análise de sensibilidade de variação na taxa de desconto e na tabela de mortalidade é expressa a seguir:

	Assistência Médica e Odontológica
<b>Total</b>	<b>727</b>

## Análise de sensibilidade

## Pressupostos Centrais

## Taxa de desconto

Aumento na taxa de desconto em 0,5%

Redução na taxa de desconto em 0,5%

## Mortalidade

Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2013	2012
Taxa de desconto - nominal	12,00% a.a.	9,30% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11,59% a.a. em 2014, reduzindo linearmente para 6,05% a.a. até 2025	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

## 22 Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Atualização Monetária	Paga-mentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2013
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.517	16.107	(16.719)	-	-	2.905
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.333	4.879	214	(2.852)	(1.274)	4.300
Taxa de fiscalização - ANEEL	114	1.263	(1.272)	-	-	105
<b>Total</b>	<b>6.964</b>	<b>22.249</b>	<b>214</b>	<b>(20.843)</b>	<b>(1.274)</b>	<b>7.310</b>
Circulante	5.218	-	-	-	-	3.896
Não circulante	1.746	-	-	-	-	3.414
<b>Total</b>	<b>6.964</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.310</b>
Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Atualização Monetária	Paga-mentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2013
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.566	16.330	(16.950)	-	-	2.946
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.916	6.843	256	(4.083)	(1.747)	5.185
Taxa de fiscalização - ANEEL	116	1.280	(1.290)	-	-	106
<b>Total</b>	<b>7.598</b>	<b>24.453</b>	<b>256</b>	<b>(22.323)</b>	<b>(1.747)</b>	<b>8.237</b>
Circulante	5.518	-	-	-	-	4.455
Não circulante	2.080	-	-	-	-	3.782
<b>Total</b>	<b>7.598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.237</b>

## 22.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D

Os valores das obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e sua controladora, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e sua controladora têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programas de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$885 (R\$583 em 31 de dezembro de 2012) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

## 23 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo). Em 31 de dezembro de 2013 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no exercício, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 17) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2012	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Amorti-zações	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2013
<b>Circulante</b>						
Uso do Bem Público	3.894	(4)	187	(3.645)	3.625	4.057
<b>Total</b>	<b>3.894</b>	<b>(4)</b>	<b>187</b>	<b>(3.645)</b>	<b>3.625</b>	<b>4.057</b>
<b>Não Circulante</b>						
Uso do Bem Público	39.612	941	3.933	(3.625)	40.861	
<b>Total</b>	<b>39.612</b>	<b>941</b>	<b>3.933</b>	<b>-</b>	<b>(3.625)</b>	<b>40.861</b>

## 24 Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	121	104	1.796	2.127
INSS e FGTS	10	50	323	313
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>154</b>	<b>2.119</b>	<b>2.440</b>

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

## 25 Provisões

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			7.969	7.629
Licenças Ambientais	4.339	7.496	5.945	5.449
<b>Total</b>	<b>4.339</b>	<b>7.496</b>	<b>13.914</b>	<b>13.078</b>

## 25.1 Provisões Cíveis, fiscais e trabalhistas

A Investco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

## 25.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora							Reclas-sificação	Saldo em 31/12/2013
	Passivo								
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Baixas		Reversões	Atualização monetária			
			Adições	Pagamentos					
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	-	214	-	-	104	(318)	-	
<b>Total</b>		-	-	214	-	-	104	(318)	
	Controladora Consolidado							Ativo	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Baixas		Reversões	Atualizações Monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2013	Depósito Judicial (Nota 13)
Adições			Pagamentos	31/12/2013					31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.746	262	(203)	(1.356)	(381)	68	373	996
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.383	2.729	(5.072)	(501)	4.862	6.401	31	
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	-	399	-	-	206	(605)		
Outros		1.500	-	-	-	-	1.500		
<b>Total</b>		<b>7.629</b>	<b>3.390</b>	<b>(5.275)</b>	<b>(1.857)</b>	<b>4.687</b>	<b>(605)</b>	<b>7.969</b>	<b>404</b>
Não circulante		7.629	-	-	-	-	7.969	404	996
<b>Total</b>		<b>7.629</b>					<b>7.969</b>	<b>404</b>	<b>996</b>

## 25.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

## 25.1.1.2 Cíveis

## Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento.

Em julho de 2013 a Investco firmou acordo judicial no montante de R\$4.980, sendo R\$985 referente a valor nominal da ação e R\$3.994 referente à atualização monetária relativo à ação de indenização por danos materiais e morais pelo enchimento do reservatório.

## Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação

propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.305 (R\$14.209 em 31 de dezembro de 2012) e estão registrados na rubrica de Terrenos no Imobilizado em curso (Nota 16).

## 25.1.1.3 Fiscais

Em decorrência da adesão da Companhia e da Investco ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 e nº 12.865/13, o montante de R\$318 (Companhia) e R\$287 (Investco), totalizando no consolidado R\$605, foi reclassificado para a rubrica de impostos e contribuições sociais (Nota 8.1).

## 25.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado					
	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012		Ativo		31/12/2013	31/12/2012	Ativo	
Depósito Judicial (Nota 13)					31/12/2013	31/12/2012			Depósito Judicial (Nota 13)	31/12/2013
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª					75	60		35	36
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm					88.590	87.679		1	32
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	10.045	10.168	1.056	766	12.331	11.098	1.056	766	
<b>Total</b>		<b>10.045</b>	<b>10.168</b>	<b>1.056</b>	<b>766</b>	<b>100.996</b>	<b>98.837</b>	<b>1.092</b>	<b>834</b>	

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas na nota 25.1.1.2 Indenizações.

## 25.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal, cível e trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$11 (R\$53 em 31 de dezembro de 2012) (Nota 13).

## 25.2 Licenças ambientais

O montante de R\$10.284 em 31 de dezembro de 2013 (R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está demonstrada a seguir:

	31/12/2013									
	Em milhares de ações									
Quantidade de ações "ON"	%	Participação	Quantidade de ações "PNA"	%	Participação	Quantidade de ações "PNB"	%	Participação	Quantidade Total de ações	%
EDP - Energias do Brasil	113.690	100,00							113.690	55,86
Governo do Estado de Tocantins						8.278	100,00		8.278	4,07
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00					81.549	40,07
<b>Total</b>	<b>113.690</b>	<b>100,00</b>	<b>81.549</b>	<b>100,00</b>	<b>8.278</b>	<b>100,00</b>	<b>203.517</b>	<b>100,00</b>	<b>203.517</b>	<b>100,00</b>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

## 26.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social, da seguinte forma: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais no caso da Investco;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos; e

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 18 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$55.555, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2013
Lucro líquido apurado no exercício	156.052
Prejuízo acumulados	(196)
Lucro líquido ajustado	<b>155.856</b>
Constituição da reserva legal - 5%	(7.793)
	<b>148.063</b>
Destinação do lucro:	
Dividendos intermediários - JSCP	55.555
Dividendos oriundos do lucro líquido ajustado	
Dividendo adicional proposto	92.508
Quantidade de ações	203.517.892
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,00027
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos Adicional Proposto	0,00045
Dividendos por ação - R\$	0,00073

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

• As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

• As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

(i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e

(ii) recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; e iii) os valores dos investimentos na área ambiental da UHE Lajeado são descontados dos dividendos devidos à EDP - Energias do Brasil e registrados no Patrimônio líquido na rubrica Reserva de lucros.

Em 2013 o total dos rendimentos da Eletrobrás são de R\$36.261, sendo R\$17.339 referente a partes beneficiárias e R\$18.922 juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF.

## 26.3 Reservas

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Reclassificado</b>			
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	26.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	26.3.2	127.827	127.827
		<b>579.203</b>	<b>579.203</b>
Outros resultados abrangentes	26.3.4		
(Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego		(18)	(281)
IRPJ/CSSL Diferido		55	96
		<b>37</b>	<b>(185)</b>
Reservas de lucros			
Legal		54.007	49.612
Retenção de lucros	26.3.3	34.914	34.914
Dividendo adicional proposto		92.508	67.369
Lucros a realizar		13.703	13.703
		<b>146.515</b>	<b>165.598</b>
<b>Total</b>		<b>725.755</b>	<b>744.616</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
o Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.				

## 26 Patrimônio líquido

## 26.1 Capital social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$306.868 (R\$756.868 em 31 de dezembro de 2012).

Em 3 de maio de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do Capital social da Companhia no valor de R\$450.000 por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei nº 6.404/76. A redução foi por meio de restituição aos acionistas, em moeda corrente nacional conforme suas respectivas participações acionárias. A eficácia da redução ficou condicionada a aprovação da ANEEL, que foi obtida em 15 de maio de 2013, por meio do Despacho nº 1.520 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF.

	31/12/2013									
	Em milhares de ações									
Quantidade de ações "ON"	%	Participação	Quantidade de ações "PNA"	%	Participação	Quantidade de ações "PNB"	%	Participação	Quantidade Total de ações	%
EDP - Energias do Brasil	113.690	100,00							113.690	55,86
Governo do Estado de Tocantins						8.278	100,00		8.278	4,07
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00					81.549	40,07
<b>Total</b>	<b>113.690</b>	<b>100,00</b>	<b>81.549</b>	<b>100,00</b>	<b>8.278</b>	<b>100,00</b>	<b>203.517</b>	<b>100,00</b>	<b>203.517</b>	<b>100,00</b>

## 26.3.1 Partes beneficiárias e Ações Preferenciais

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

A Companhia entende que o instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, deve ser classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Tendo em vista entendimento divergente dos auditores independentes do exercício de 2012, a Companhia, para suportar o registro contábil efetuado, buscou *legal opinion* e segunda opinião contábil que corroboraram com entendimento mantido pela Administração desde de 2006 quanto a forma de classificação contábil adotada, qual seja, como instrumento de patrimônio.

Em 25 de fevereiro de 2013, o parecer emitido pelo auditor independente da época apresentou ressalva.

O auditor independente manifestou entendimento que as características das partes beneficiárias são as de um instrumento híbrido e que referido saldo não deveria, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, ser integralmente registrado em conta de patrimônio líquido, devendo parte substancial ser registrada como passivo pelo montante de caixa que a Companhia deveria pagar para o detentor das partes beneficiárias durante o prazo de sua vigência.

Diante da divergência de entendimento quanto a classificação contábil das partes beneficiárias entre o auditor e a Companhia, em 20 de fevereiro de 2013, a sua controladora protocolou consulta formal junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 29 de maio de 2013, a CVM, por meio do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 167/2013, manifestou seu entendimento inicial, porém solicitou mais informações para avaliação do tema. Em 14 de novembro de 2013, por meio do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 346/2013, a CVM finalizou o seu entendimento e concluiu que não há elementos que indiquem que o critério contábil adotado pela Companhia resultaria, em seus aspectos relevantes, no descumprimento às normas contábeis aplicáveis. A CVM informou, ainda, que o processo foi arquivado.

Portanto, diante do exposto acima, a contabilização das partes beneficiárias, desde a sua criação em 2006, como instrumento de capital está classificada nas demonstrações financeiras da Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRSs.

## 26.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 17.1.1).

## 26.3.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

## 26.3.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2012	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(185)	222	37
	<b>(185)</b>	<b>222</b>	<b>37</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 27 Receita

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Suprimento de Energia elétrica</b>	3.366.715	3.409.700	482.731	417.548	3.410.161	3.454.392	488.865	423.271
<b>Energia de curto prazo</b>			16.712	30.109			17.056	30.752
	<b>3.366.715</b>	<b>3.409.700</b>	<b>499.443</b>	<b>447.657</b>	<b>3.410.161</b>	<b>3.454.392</b>	<b>505.921</b>	<b>454.023</b>
<b>Receitas com operações de energia elétrica</b>	<b>3.366.715</b>	<b>3.409.700</b>	<b>499.443</b>	<b>447.657</b>	<b>3.410.161</b>	<b>3.454.392</b>	<b>505.921</b>	<b>454.023</b>
Outras receitas operacionais			43.610	48.874			101.345	123.386
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.366.715</b>	<b>3.409.700</b>	<b>543.053</b>	<b>496.531</b>	<b>3.410.161</b>	<b>3.454.392</b>	<b>607.266</b>	<b>577.409</b>
(-) Deduções à receita operacional			(58.007)	(50.391)			(65.911)	(58.550)
Tributos sobre a receita			(53.128)	(45.929)			(59.068)	(53.410)
PIS/COFINS			(53.128)	(45.929)			(59.068)	(53.410)
Encargos do consumidor			(4.879)	(4.462)			(6.843)	(5.140)
P&D			(4.879)	(4.462)			(6.843)	(5.140)
<b>Receita</b>	<b>3.366.715</b>	<b>3.409.700</b>	<b>485.046</b>	<b>446.140</b>	<b>3.410.161</b>	<b>3.454.392</b>	<b>541.355</b>	<b>518.859</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

## 28 Gastos operacionais

	Controladora						2012
	2013						
	Custo da produção e do serviço		Despesas Operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
<b>Não gerenciáveis</b>							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	66.521					66.521	21.846
Encargos de uso da rede elétrica	43.107					43.107	46.957
Taxa de fiscalização					1.263	1.263	1.364
Compensações financeiras					16.107	16.107	18.576
	<b>109.628</b>	-	-	-	<b>17.370</b>	<b>126.998</b>	<b>88.743</b>
<b>Gerenciáveis</b>							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		132		984		1.116	208
Serviços de terceiros		12		1.434		1.446	735
Depreciação				4		4	4
Amortização		8		29.889		29.897	29.890
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas			(807)			(807)	882
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					95	95	-
Aluguéis e arrendamentos		140.131				140.131	181.100
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					55	55	-
Outras				1.043	26	1.069	(435)
	-	<b>140.283</b>	(807)	<b>33.354</b>	<b>176</b>	<b>173.006</b>	<b>212.384</b>
<b>Total</b>	<b>109.628</b>	<b>140.283</b>	<b>(807)</b>	<b>33.354</b>	<b>17.546</b>	<b>300.004</b>	<b>301.127</b>

	Consolidado						2012
	2013						
	Custo da produção e do serviço		Despesas Operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
<b>Não gerenciáveis</b>							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	66.611					66.611	21.988
Encargos de uso da rede elétrica	44.497					44.497	48.343
Taxa de fiscalização					1.280	1.280	1.383
Compensações financeiras					16.330	16.330	18.833
	<b>111.108</b>	-	-	-	<b>17.610</b>	<b>128.718</b>	<b>90.547</b>
<b>Gerenciáveis</b>							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		6.719		6.526		13.245	12.789
Material		799		260		1.059	793
Serviços de terceiros		4.625		11.381		16.006	13.443
Depreciação		35.905		348		36.253	35.120
Amortização		688		30.000		30.688	30.805
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas			(827)			(827)	904
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.028	1.028	2.343
Aluguéis e arrendamentos		22		478		500	541
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					398	398	(7)
Outras		76		3.178	26	3.280	1.497
	-	<b>48.834</b>	(827)	<b>52.171</b>	<b>1.452</b>	<b>101.630</b>	<b>98.228</b>
<b>Total</b>	<b>111.108</b>	<b>48.834</b>	<b>(827)</b>	<b>52.171</b>	<b>19.062</b>	<b>230.348</b>	<b>188.775</b>

## 29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras	4.199	1.468	5.976	3.081
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	489	278		
Atualização monetária depósitos judiciais	33	330	33	330
Atualização monetária contratos de mútuo	1.998	3.621	1.998	
Variações monetárias moeda nacional				102
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	204	263	226	279
Descontos obtidos			7	6
Remuneração das ações preferenciais	899	823		
Outras receitas financeiras	3.583	2.662	4.388	2.880
	<b>11.405</b>	<b>9.445</b>	<b>12.628</b>	<b>6.678</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(17.716)	(92)	(32.541)	(16.483)
Atualização monetária de licenças ambientais			(496)	(898)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(170)		(9.233)	(2.953)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(104)		(4.584)	(1.244)
Atualizações monetárias - REFIS	(900)	(1.462)	(900)	(1.462)
Atualização monetária contratos de mútuo		(228)		(634)
Atualização monetária uso do bem público			(4.120)	(5.241)
Ajuste a valor presente uso do bem público			(937)	(229)
Benefícios pós-emprego			(100)	(79)
Outras despesas financeiras	(328)	(223)	(533)	(317)
	<b>(19.218)</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(53.444)</b>	<b>(29.540)</b>
	<b>(7.813)</b>	<b>7.440</b>	<b>(40.816)</b>	<b>(22.862)</b>

## 30 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	235.776	221.767	235.776	221.767	270.191	307.222	270.191	307.222
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<b>(58.944)</b>	<b>(55.442)</b>	<b>(21.220)</b>	<b>(19.959)</b>	<b>(67.548)</b>	<b>(76.806)</b>	<b>(24.317)</b>	<b>(27.650)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(140)	(104)	(50)	(38)	(250)	(211)	(90)	(77)
Multas indedutíveis						(1)		
Gratificações a administradores	(4)	171	(1)	61	(1)	177		63
Resultados de equivalência patrimonial	14.637	17.326	5.269	6.237				
Programa REFIS	44		16		146		53	
Juros sobre o capital próprio	6.063	12.247	2.183	4.409	19.534	27.710	7.032	9.976
Outros								
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		323		115	(1)	(17.433)		(6.278)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(7.649)	(7.257)	(2.753)	(2.613)	(7.649)	(11.056)	(2.753)	(3.980)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	72	171	68	67	447	175	203	69
Adicional IRPJ	24	24			48	48		
Incentivo Cultural e Artístico		277				609		
Doações a atividades de caráter Desportivo		70				70		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente						40		
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(45.897)</b>	<b>(32.194)</b>	<b>(16.488)</b>	<b>(11.721)</b>	<b>(55.274)</b>	<b>(76.678)</b>	<b>(19.872)</b>	<b>(27.877)</b>
Alíquota Efetiva	19,47%	14,52%	6,99%	5,29%	20,46%	24,96%	7,35%	9,07%

## 31 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia e de sua controlada para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia e de sua controlada pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Para o exercício de divulgação, a Companhia e a controlada não dispunham de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	156.052	160.068	156.052	160.068
Média ponderada do número de ações ordinárias				

em poder dos acionistas controladores (mil) 203.518 203.518 203.518 203.518  
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação) **0,76677** **0,78650** **0,76677** **0,78650**

## 32 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

## 32.1 Considerações gerais

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas

pela Administração da Companhia e sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**32.2 Classificação dos instrumentos financeiros**

	Nota	Categoria	Níveis	Controladora			
				31/12/2013		31/12/2012	
				Valor Justo		Valor Contábil	
<b>Ativos financeiros</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	1.997	23.170	1.997	23.170
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	34.011	54.247	34.011	54.247
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.629	5.280	5.629	5.280
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	50.081	38.312	50.081	38.312
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	34.484		34.484	
<b>Não circulante</b>							
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	23.309	27.675	23.309	27.675
				<b>149.511</b>	<b>148.684</b>	<b>149.511</b>	<b>148.684</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	23.421	27.796	23.421	27.796
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2				
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.697		4.697	
<b>Não circulante</b>							
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	446.984		446.984	
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	45	346	45	346
				<b>475.147</b>	<b>28.142</b>	<b>475.147</b>	<b>28.142</b>
				<b>Consolidado</b>			
	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013		31/12/2012	
				Valor Justo		Valor Contábil	
<b>Ativos financeiros</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	14.504	29.193	14.504	29.193
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	44.164	54.247	44.164	54.247
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	4.965	4.530	4.965	4.530
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	50.764	38.861	50.764	38.861
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	34.484		34.484	
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		19		19
Rendas a receber	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.758	6.150	4.758	6.150
<b>Não circulante</b>							
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	17.049	21.324	17.049	21.324
				<b>170.688</b>	<b>154.324</b>	<b>170.688</b>	<b>154.324</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	14.263	16.017	14.263	16.017
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.697		4.697	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20	Outros ao custo amortizado	Nível 2	9.973	11.099	9.973	11.099
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.057	3.894	4.057	3.894
<b>Não circulante</b>							
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	446.984		446.984	
Empréstimos e financiamentos	20	Outros ao custo amortizado	Nível 2	70.813	67.274	70.813	67.274
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	131	833	131	833
Uso do bem público	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	40.861	39.612	40.861	39.612
				<b>591.779</b>	<b>138.729</b>	<b>591.779</b>	<b>138.729</b>

**32.2.1 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cessão de Crédito celebrados com as empresas Tangará Energia S.A. e Rede Energia S.A. Também encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. As características de ambos instrumentos financeiros estão destacadas na nota 6.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado Energia para assegurar receita. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

(iv) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

(vi) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo, contratos de mútuos e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado.

(vii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Investco.

**32.2.2 Mensuração a valor justo**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e a sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e sua controlada:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São

geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**32.3 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 20 e 19, possuem como contraparte para empréstimos e financiamentos o Banco Bradesco e Banco do Brasil e para as debêntures o agente fiduciário Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**32.3.1 Análise de sensibilidade**

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos		2.962	2.441		5.403	1.351	2.701	(1.351)	(2.701)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(44.488)	(174.636)	(11.473)	(230.597)	(48.285)	(95.675)	49.217	99.405
		<b>(41.526)</b>	<b>(172.195)</b>	<b>(11.473)</b>	<b>(225.194)</b>	<b>(46.934)</b>	<b>(92.974)</b>	<b>47.866</b>	<b>96.704</b>
		Consolidado							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos		3.701	3.701		1.536	3.070	(1.536)	(3.070)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(44.488)	(44.488)	(44.488)	(48.285)	(95.675)	49.217	99.405	
		<b>(40.787)</b>	<b>(40.787)</b>	<b>(40.787)</b>	<b>(46.749)</b>	<b>(92.605)</b>	<b>47.681</b>	<b>96.335</b>	

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada.

O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**32.4 Risco de liquidez**

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) Rendas a receber (Nota 7). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2013, tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 19. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 34.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

No consolidado o capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2013, que corresponde a diferença entre Ativo circulante e Passivo circulante, foi negativo em R\$13.106 (R\$66.102 em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Investco recebe recursos suficientes dos contratos de arrendamento assinados com seus acionistas controladores para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 34.1.

**32.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**33 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia constituiu Dividendos a receber no montante de R\$49.650 e Dividendos a pagar no valor de R\$114.591. No Consolidado foi constituído o montante de R\$132.672 referente a Dividendo a pagar. Todas estas atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

**34 Compromissos contratuais e Garantias****34.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora				
	31/12/2013				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	1.590.490	149.175	258.002	202.377	980.936
Obrigações de compra	490	293	197		
Juros futuros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	229.255	47.066	93.374	74.615	14.200
	<b>1.820.235</b>	<b>196.534</b>	<b>351.573</b>	<b>276.992</b>	<b>995.136</b>
Consolidado					
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	495	145	220	130	
Obrigações de compra	26.632	12.572	11.964	2.096	
Juros futuros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	229.255	47.066	93.374	74.615	14.200
	<b>256.382</b>	<b>59.783</b>	<b>105.558</b>	<b>76.841</b>	<b>14.200</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Ana Maria Machado Fernandes**  
Presidente

**Luiz Otávio Assis Henriques**  
Conselheiro

**Miguel Dias Amaro**  
Conselheiro

**Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira**  
Conselheiro

**Antonio Frederico Pereira da Silva**  
Conselheiro

**DIRETORIA**

**Luiz Otávio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente e Executivo

**José Cherem Pinto**  
Diretor Técnico

**Stella Maris Moreira Fuão**  
Diretor

**Hélio Fernandes Dias**  
Diretor

**André Luís Nunes de Mello Almeida**  
Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade

**Ana Paula Marzano Cerqueira**  
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Lajeado Energia S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Lajeado Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia e sua controlada.

Responsabilidades com locações operacionais na Companhia, inclui, essencialmente, o compromisso financeiro assumido em função do contrato de Arrendamento da UHE Lajeado. A titular do contrato de arrendamento é a Investco.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e sua controlada.

**34.2 Garantias**

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aval de acionista			7.907	3.055
Depósito Cauçionado				19
Fiança Bancária	285		920	635
Fiança Corporativa	454.697		454.697	
Garantias em recebíveis	4.656	4.245	25.010	37.834
Notas Promissórias	22.014	25.828	22.014	25.828
Seguro garantia	182	571	182	571

**Aval de acionista:** O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida de sua controlada.

**Depósito Cauçionado:** São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

**Fiança Bancária:** É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

**Fiança Corporativa:** A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, refere-se a emissão de debêntures.

**Garantias em recebíveis:** O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

**Notas Promissórias:** é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

**Seguro garantia:** O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontram-se o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

**35 Cobertura de seguros**

A Companhia e sua controlada mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2013	
	Controladora	Consolidado
Usinas		987.121
Prédios e conteúdos (terceiros)		988
Transportes (veículos)		1.600
Acidentes Pessoais	520	8.427

**36 Meio ambiente**

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 4.749 (R\$ 6.928 em 31 de dezembro de 2012) sendo R\$ 4.007, capitalizados no exercício (Notas 16 ou 17), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$ 742 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos****Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração e como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, com opinião sem ressalvas e parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não contêm modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

**PricewaterhouseCoopers**

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

**Valdir Renato Coscodai**

Contador CRC 1SP165875/O-6